

L E I Nº 425/61

Data : 28 de novembro de 1961.

Súmula: Dispõe sobre o abate de gado e dá outras providências.

A câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Artigo 1º - Toda carne para consumo público fornecida pelos açougues instalados ou que vierem a se instalar nesta cidade, deverá ser gado abatido no Matadouro Municipal ou em matadouros particulares cujas instalações forem consideradas pela Prefeitura em condições de higiene e os indispensáveis requisitos exigidos pelo Serviço Sanitário.

Artigo 2º - A toda e qualquer firma estabelecida nesta cidade para a exploração do ramo de carne verde ou industrializada, poderá obter da Municipalidade licença para a construção de seu próprio matadouro, uma vez que a edificação projetada se apresente em condições e com instalações para o fim desejado a cargo e submissão de fiscalização do município e local apropriado.

Artigo 3º - As firmas ou empresas que se dedicarem às atividades de abate em suas próprias instalações, ficarão obrigadas a se submeterem à fiscalização permanente dos órgãos públicos a que estejam afetos.

Artigo 4º - Ao órgão fiscalizador contribuirão as firmas ou empresas com a importância suficiente para a perfeita manutenção do serviço de fiscalização, além da taxa que for atribuída como parte da renda municipal.

Artigo 5º - As firmas ou empresas estarão sempre sujeitas às leis e regulamentos vigentes dos poderes competentes, não cabendo a elas nenhum direito de indenização pela cassação da licença ou cancelamento da concessão, quando, em qualquer tempo suas instalações não se enquadrarem nos dispositivos legais ou seus serviços não atendam os interesses públicos.

Artigo 6º - As firmas ou empresas concessionárias assegurarão às que não possuírem matadouro próprio, mediante pagamento antecipado direto ou por intermédio do órgão fiscalizador da taxa constante da

presente lei, o serviço regular de abate, transporte e entrega do produto, estritamente dentro das leis e regulamentos do poder público.

Artigo 7º - O Poder Público Municipal, poderá a qualquer tempo intervir em caráter temporário ou definitivo, mediante as providências legais que se fizerem necessárias, no ramo de matança, transporte e entrega, em uma ou mais concessionárias, podendo até monopolizar todos os serviços atinentes, quando o interesse público assim o exigir.

Artigo 8º - Enquanto a Municipalidade não possuir instalações no Matadouro Municipal em condições do abate de gado, como higiene e requisitos exigidos pelo Serviço Sanitário, atribuirá a estes dentro das normas regulamentares os serviços atinentes ao abate, transporte e entrega.

Parágrafo Único - Quando a Municipalidade estiver com as instalações do Matadouro Municipal em pleno funcionamento, assegurará às empresas ou firmas particulares que possuírem matadouro próprio devidamente licenciado, o direito de continuar abatendo para suprimento exclusivo da sua indústria ou comércio.

Artigo 9º - O serviço de transporte de carne para o consumo público, deverá ser feito com veículo apropriado e a carne, digo e a entrega feita por pessoal uniformizado e portadores de atestado de sanidade.

Artigo 10 - Vigorará a partir da data da publicação desta Lei, a seguinte tabela que regulará a cobrança tanto pelo Município como pelas firmas ou empresas particulares.

	1 - Abate de gado vacuum, por unidade Cr\$ 300,00
150,00	2 - Abate de suíno, caprino ou lanígero, por unidade Cr\$
100,00	3 - Abate de leitões e outros animais de pequeno porte Cr\$
	4 - Por cabeça recebido no Matadouro Cr\$ 10,00
	5 - Aluguel de salgadeira por dia Cr\$ 10,00
	6 - Renda ao Município por unidade abatida Cr\$ 20,00

Artigo 11 - Revogadas as disposições em contrário, entrará em vigor esta Lei, na data de sua publicação.

novembro de 1961.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, em 28 de

José Mário Junqueira
Prefeito Municipal

Antônio C. Zulmires de Campos
Oficial administrativo